

Um novo semestre acadêmico e as expectativas após os recentes recuos nas Políticas Públicas Educacionais

*De nuestros miedos
nacen nuestros corajes
y en nuestras dudas
viven nuestras certezas.*

*Los sueños anuncian
otra realidad posible
y los delirios otra razón.*

*En los extravíos
nos esperan hallazgos,
porque es preciso perderse
para volver a encontrarse*

(Eduardo Galeano - El libro de los abrazos)

Não podemos negar que o início do semestre acadêmico do ano 2023 em todos os níveis da educação, especificamente na graduação e na Pós-graduação começa com muitas expectativas, o “clima” social destes últimos meses apresenta, fazendo honra ao nome de nossa revista, perspectivas, que tempos atrás, estavam bastantes apagadas para os que consideram a educação como um complexo vital orientador para a emancipação humana.

Uma das expectativas, entre outras, é sobre a revogação da Lei nº 13.415/2017, que trata da implementação curricular da “Reforma do Ensino Médio” ou “Novo Ensino Médio” (NEM), que foi apresentada no governo de Michel Temer como uma Medida Provisória nº 746 de 2016.

É de público conhecimento às denúncias e argumentações sobre esta Lei que propõe importantes mudanças ao Ensino Médio, como por exemplo, em relação a uma significativa redução curricular interditando conhecimentos que propiciam uma formação aprofundada para todos os e às jovens brasileiras/os. Sobre este estreitamento curricular, a lei propõe por meio de “itinerários formativos” cinco grandes áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias,

Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional, importante destacar que só Português e Matemática são obrigatórias. (Brasil, art. 3, 2017). Sem poder, neste editorial, ampliar os detalhes do atual processo em disputa, gostaríamos de assinalar que muitos pesquisadores e pesquisadoras, professores e professoras, estudantes, movimentos e coletivos estão trabalhando para que essa proposta curricular seja revogada, sempre pensando em uma formação profundamente delineada nos mais altos desejos de humanidade.

Vivemos um atraso generalizado em relação às políticas sociais e educacionais, recuos que procuraram e procuram desgastar os movimentos de luta e resistência sempre tão importantes na participação política do Brasil. Importante lembrar, as palavras de Lukács, quando se refere a Marx,

[...] ele um ser com um apaixonado impulso em direção à omnilateralidade e de um inconformismo fústico ao reconhecer os múltiplos aspectos dos fenômenos, como também de uma incansável dedicação à investigação que não fica satisfeita enquanto o problema não tenha sido capturado em toda sua profundidade, nem tenha sido formulado e respondido de maneira adequada (Lukács, 2005, p. 116).

Esse inconformismo fústico esteve e está presente em alguns pensadores/as brasileiros/as, pertencentes a diferentes áreas de estudo, obviamente na área da educação, e denota uma opção que afirma a condição humana a partir de uma relação dialética imprescindível; “para compreender, inicialmente os fenômenos, e para elaborar ideias sobre como funcionam as estruturas, as relações sociais, como são os nexos existentes no interior de cada fenômeno e em relação aos outros” (Torriglia; Lara, p.2, 2023). Para isto, devemos estar inconformados, justamente para retomar com força os avanços que foram interditados, as liberdades que foram banidas, os conhecimentos baseados na ciência e na argumentação aprofundada. E dentro dos limites de uma democracia na sociabilidade atual, teremos que recompor as políticas públicas e os investimentos para a educação básica, o ensino médio e a universidade no contexto da defesa do público.

Vários são os estudos que evidenciam os problemas enfrentados na educação brasileira, especialmente na última década, entre os quais podemos destacar os trabalhos de Bellini (2022) e Dantas e Bassi (2022), que denunciam o

desmanche da educação pública em todos os níveis de ensino e a consequente tendência crescente à privatização. Como indicamos, parece-nos urgente recuperar a ideia da formação humana como um valor democrático e o papel das instituições escolares nessa direção, embora estejamos cientes de todas as contradições que envolvem esse processo, como demonstram Galuch, Sanches e Czyzewski (2022).

Para finalizarmos este editorial, queremos destacar o papel da universidade pública no atual contexto, com destaque para os 50 anos do curso de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina que será comemorado no ano de 2024. Um processo que foi resultado de grandes esforços e investimento intelectual de toda a comunidade do Centro de Ciências da Educação. Em que pese o reconhecimento de todos os problemas e questionamentos com relação às políticas para a pós-graduação e sua avaliação (Sguissardi, 2008), o Dossiê da Perspectiva “Pós-graduação em educação: temas e controvérsias” organizado pela Maria Célia Marcondes de Moraes e Lucídio Bianchetti (2006), ao trabalho docente (Carvalho, 2008) e à formação de pesquisadores (Hostins, 2008), temos muito a comemorar por todo o processo alcançado. O PPGE tem se constituído uma referência no Estado de Santa Catarina.

E, na firmeza que conhecimento, ensino, pesquisa, extensão convivem com fronteiras que se tocam, que se distanciam, que se encontram, apresentamos o v. 41, número 2, da Revista Perspectiva de 2023, que está organizado em duas partes. A primeira, um Dossiê com um tema de grande atualidade como o deslocamento e as migrações de crianças por todo o mundo, denominado **A cruzada das Crianças**, organizado pelas professoras **Soraya Franzoni Conde**, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), **Maria Walburga dos Santos**, professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), **Jader Janer Moreira Lopes** da Universidade Federal de Juiz de Fora, que conta com 07 artigos e cuja apresentação escrita pelas organizadoras convidamos à leitura.

A segunda parte deste número, está composta com textos de demanda contínua de pesquisadores das diferentes regiões brasileiras, também com 06 artigos, aborda temas que atravessam os diferentes segmentos educacionais, da educação infantil ao ensino superior, com importantes reflexões sobre o espaço educativo, seus alunos e seus profissionais.

A Educação Infantil do/no campo: um mapeamento dos estudos da temática de Emilia Peixoto Vieira e Fernanda Cerqueira Candido da Silva, ambas da Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, Bahia, apresentam em seu texto um mapeamento sobre a Educação Infantil do e no Campo buscando evidenciar os debates a partir de pesquisadores entre os anos de 2008 e 2019. As autoras assinalam que ainda “são poucos os avanços nas pesquisas sobre a Educação Infantil do/no Campo, pois a maioria das investigações pauta-se na Educação do Campo e nas abordagens relacionadas aos movimentos sociais [...]”, reforçando a necessidade de realizar mais estudos para compreender a realidade das crianças moradoras no meio rural, em especial, “por causa do fechamento de escolas e das consequências dessa ação”.

O texto **Identidade, diferença e poder: narrativas escolares sobre estudantes de “sucesso ou insucesso”** de Ivanete Maria Weber, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski, ambas autoras da Universidade Comunitária da Região de Chapecó -Unochapecó, SC, tem como objetivo “compreender como os professores de anos iniciais do Ensino Fundamental, atuantes em escola pública, concebem e narram os estudantes considerados exemplos de sucesso ou de insucesso”, para tal fim, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, o estudo trabalhou com entrevistas narrativas direcionadas a docentes dos anos iniciais. Conclui-se que “os professores, frequentemente, adotam estereótipos ao caracterizar o que consideram dos estudantes de sucesso ou insucesso”.

O texto, **A rede de políticas do grupo aliança no Brasil e a incorporação do modelo de “seleção técnica” do setor privado em gestões educacionais brasileiras**, de Magda de Abreu Vicente e Felipe Trentin Demiranda, ambos da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, FURG,RS e Marisel Valério Porto da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre-UFCSPA,RS. Em seu artigo, os autores/as apresentam o modelo gerencialista e o protagonismo do grupo Aliança e tem por objetivo analisar “a atuação e expansão do grupo Aliança para Lideranças de Impacto no Setor Público e no Terceiro Setor no Brasil”, destacando os vínculos dos “atores institucionais que e configuram sua rede de políticas e dos processos de pré-seleção técnica para gestores educacionais das Secretarias Estaduais de Educação de diversos estados brasileiros”.

A seguir, Glaydson Élder Freitas Santana da Silva, Fabíola de Sousa Braz Aquino, ambos da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, em seu artigo **Atuação**

de Psicólogos Escolares na Educação Básica: um levantamento nacional e internacional da literatura, abordam um tema muito relevante sobre a atuação dos psicólogos na área da educação. Com o intuito de conhecer a autora e o autor realizaram uma “[...] pesquisa documental do tipo revisão da literatura, de produções nacionais e internacionais dos últimos 10 anos, acerca da atuação de psicólogos escolares no contexto da educação básica”. A partir dos resultados defendem a inserção deste profissional nas instituições escolares de ensino a partir de uma perspectiva de concepção “crítica, preventiva e psicossocial”.

O tema sobre evasão e permanência nos Institutos Federais é abordado no texto de Gerson Tavares do Carmo da Universidade Estadual do Norte Fluminense, UENF, Rozana Quintanilha Gomes Souza e Paola Barros de Faria Fonseca do Instituto Federal Fluminense, IFF, denominado **Discurso sobre evasão e permanência: rastreando controvérsias no documento do relatório de auditoria do TCU/2013**, tem como “objetivo geral analisar, sob a perspectiva da Análise Documental, o discurso sobre evasão escolar no relatório do TCU”, para tal fim analisam os documentos relacionado a este relatório, buscando evidenciar que “as redes de práticas discursivas que conduziram à noção de que é preciso traduzir as teorias da evasão em práticas institucionais que visem à permanência, tendo em vista que os estudos da evasão, ainda que sejam vantajosos pelo seu caráter diagnóstico, têm pouca efetividade prática no potencial interventivo da instituição”.

Por último, o texto **A ação humana e a ficção do empreendedorismo de si mesmo: crítica à ideologia neoliberal de Von Mises**, de Andrei Luiz Lodéa e de Edison Alencar Casagrande, ambos da Universidade de Passo Fundo de Rio Grande do Sul, traz um debate sobre o sistema ideológico neoliberal, o qual segundo a autora e o autor, “exerce uma influência considerável em nossos sistemas de governos democráticos, representando fortes ameaças à educação e à justiça social, na medida em que apela exclusivamente à dimensão econômica para explicar a melhoria das condições individuais e sociais de vida”. Nesse sentido, analisam criticamente a teoria liberal proposta pelo Ludwig von Mises como um modelo reducionista dos conceitos de ação humana, liberdade e de Estado”, propondo, a partir de autores de referência sobre o tema, algumas perspectivas que possibilitem a superação do modelo neoliberal.

Desejamos uma boa leitura a todos e todas!!

Editoras Científicas

Patricia Laura Torriglia

Joemara Triches

Diana Carvalho de Carvalho

Juliana Cristina Faggion
Bergmann

Referências

BELLINI, M. Educação superior na era dos golpismos e extinção dos serviços públicos. In: SOUZA, M. (org.). **Democracia em tempos difíceis: interdisciplinaridade, política e subjetividades**. Curitiba: Appris, 2022. p. 17-38.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394 e 11.494; revoga a Lei nº 11.161; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

CARVALHO, D. C. Trabalho docente na pós-graduação: impasses que se colocam para os programas e o professor universitário no contexto atual das políticas de avaliação. In: DANTAS, J.S. e BASSI, M.E. As avaliações em larga escala e a responsabilização docente no âmbito da pedagogia das competências e habilidades. In: SOUZA, M. (org.). **Democracia em tempos difíceis: interdisciplinaridade, política e subjetividades**. Curitiba: Appris, 2022. p. 223-245.

GALEANO, Eduardo. Entre los poetas míos... Colección Antológica de Poesía social. V 18. Biblioteca Virtual Omegalfa. S/D.

GALUCH, M. T. B.; SANCHES, E. O.; CZYZEWSKI, A. Experiência, cidadania e democratização da educação no Brasil. In: SOUZA, M. (org.). **Democracia em tempos difíceis: interdisciplinaridade, política e subjetividades**. Curitiba: Appris, 2022. p. 201-222.

HOSTINS, R.C.L. Formação de pesquisadores na pós-graduação em educação: embates ontológicos e epistemológicos. In: MANCIBO, D.; SILVA JR. e OLIVEIRA, J.F. (org). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas: Alínea, 2008. p. 255-271.

LUKÁCS, Georg. **Lenin-Marx**. Buenos Aires: Gorla. 2005

MANCIBO, D.; SILVA JR; OLIVEIRA, J. F. (org). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas: Alínea, 2008. p. 223-235.

MORAES, Maria Célia Marcondes; BIANCHETTI, Lucídio. Dossiê Pós-graduação em educação: temas e controvérsias. In: **Perspectiva**, v.24 n. 1. 2006 disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/issue/view/696>

SGUISSARDI, V.. Pós-Graduação (em educação) no Brasil: conformismo, neoprofissionalismo, heteronomia e competitividade. In: MANCIBO, D.; SILVA JR. e OLIVEIRA, J.F. (org). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas: Alínea, 2008. p. 137-164).

TORRIGLIA, Patrícia. LARA, Ricardo. **Porque o materialismo dialético ainda é fundamental para entender a realidade: em busca de um inconformismo fáustico**. Texto apresentado na XI Jornada Internacional Políticas Públicas (JOINPP). São Luis/MA. Setembro. 2023.

